

O QUE NÃO DEVERIA ENTRAR NA DESPESA COM PESSOAL (Flavio Corrêa de Toledo Junior) 1

CARGOS DE CONFIANÇA NO SERVIÇO PÚBLICO: SUGESTÃO DE NORMATIZAÇÃO (Jair José Perin) 7

AS EMPRESAS ESTATAIS E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (Wilson José Vinci Júnior) 9

SERVIDOR PÚBLICO – Sistema remuneratório – Vencimento e vantagens pecuniárias – Adicionais e gratificações – Conceito e diferenciação 25

CONCURSO PÚBLICO – Cargo de professor de educação física – Candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital – Direito à nomeação – Considerações 25

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA – Caracterização – ECT – IPTU – Alcance ao tributo incidente sobre imóveis da propriedade da empresa pública, bem assim os por ela utilizados – Empresa prestadora de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado – Inteligência do art. 150, inc. VI, al. a, da CF (STF) 29

CRIME DE RESPONSABILIDADE – Possível elaboração de procedimento licitatório em duplicidade – Potencial desvio de rendas públicas – Índícios de que a segunda obra não foi executada – Oferecimento de denúncia contra o Prefeito Municipal e o sócio-administrador da segunda contratada – Recebimento em parte da inicial acusatória pela prática dos delitos previstos no art. 1º, inc.

I, do Dec.-Lei nº 201/1967 – Rejeição quanto ao ilícito de falsidade ideológica – Princípio da consunção (TJES) 45

AUTORIZAÇÃO DE USO – Lei municipal – Permissão aos bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e similares já instalados ou que venham a se instalar na Urbe do uso do passeio fronteiro ao estabelecimento para colocação de toldos, mesas e cadeiras – Iniciativa parlamentar – Constitucionalidade – Matéria não prevista no rol taxativo de assuntos reservados à iniciativa do Prefeito – Tutela do interesse coletivo da comunidade local prevendo somente condições mínimas e gerais – Interpretação conforme a Constituição (TJSP) 50

ELEIÇÕES – Veiculação de publicidade institucional em período vedado – Alegada divulgação de matérias falsamente de cunho informativo – Não ocorrência – Prosaicos relatos do cotidiano administrativo e/ou críticas durante o pleito – Suposta distribuição gratuita de jornais cujas edições eram favoráveis aos acusados – Declarações efetuadas por meio de escritura pública – Irrelevância – Inexistência de prova dos fatos – Nomeação para cargos em comissão para supostamente os agentes públicos realizarem campanha para os representados – Ausência de comprovação (TRESC) 57

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – Vencimento – Data-limite para realização do pagamento – Fixação pela legislação local, de acordo com as peculiaridades e a realidade orçamentária do ente federado – Omissão da lei do Município – Previsão por meio de decreto executivo, permitindo, inclusive, a adoção de prazo superior ao previsto no art. 459, § 1º, da CLT – Regimes jurídicos distintos – Necessidade de justificação pela conjuntura orçamentária da Comuna – Respeito à periodicidade mensal da remuneração – Inadmissibilidade de lapso de tempo desarrazoado entre o período laborado e a efetivação do respectivo pagamento – Considerações (TCPE) 73

ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO (Flavio Corrêa de Toledo Junior) **77**

A COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO E O ALCANCE DA LOCUÇÃO "INTERESSE LOCAL" (Lair da Silva Loureiro Filho) **85**

A SISTEMÁTICA DO ISSQN FIXO E SUA APLICABILIDADE NOS SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAIS (Adalmo Oliveira dos Santos Junior) **94**

ASPECTOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS HUMANOS E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL (Devaldo Rocha Pereira) **102**

DOAÇÃO – Recebimento de bem imóvel de propriedade particular – Análise da conveniência e interesse público antes da aceitação do bem doado – Autorização legislativa nos casos de doação com encargo, salvo existência de legislação local em sentido contrário – Desnecessidade de procedimento licitatório **111**

SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL – Aprovação em concurso público no mesmo ente e no mesmo órgão – Cargo de atribuições idênticas ao ocupado anteriormente – Submissão a novo período de estágio probatório – Remuneração – Matriz remuneratória correspondente àquela dos servidores não estáveis **112**

DEMISSÃO – Servidor público – Pretensa anulação da pena aplicada em segundo PAD – Alegação de *bis in idem* em relação ao PAD anterior em que restou imputada pena de repreensão – Não cabimento – Fatos diversos – Conduta diferenciada e de maior gravidade analisada no procedimento seguinte – Decisão que respeitou a teoria dos motivos determinantes – Valoração de fatos, indícios e provas feita dentro da lógica pela Administração – Inexistência de abuso ou excesso no *decisum* (TJPR) **115**

CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS – Intervenção do Judiciário – Não ocorrência de violação ao princípio da separação de Poderes – Famílias residentes em área de risco – Falta de infraestrutura agravada por chuvas torrenciais – Omissão do ente público na defesa da incolumidade, segurança, saúde e vida dos municípios – Degradação do meio ambiente

– Argumentação da reserva do possível e limitação orçamentária que não se sustentam – Remoção das famílias e reflorestamento da área ocupada que se impõem – Não cabimento de indenização por danos materiais e morais – Fixação de *astreintes* para o caso de descumprimento da decisão judicial (TJRJ) **122**

SERVIDOR PÚBLICO – Operador de máquina – Doença ocupacional equiparada a acidente de trabalho – Danos provocados por patologia que foi ocasionada ou agravada pela atividade laborativa – Perda auditiva bilateral, degeneração discal e hérnias discais lombares – Inexistência de comprovação da entrega de EPIs adequados ao trabalhador – Laudo pericial – Incapacidade laborativa definitiva para a função desempenhada – Responsabilidade civil subjetiva do Município – Indenização por danos morais – *Quantum* reduzido – Reparação por danos materiais – Despesas futuras que o enfermo venha a suportar em razão da doença – Percepção de pensão mensal vitalícia – Não cabimento – Possibilidade de readaptação para o exercício de outras atividades leves – Pagamento de adicional de insalubridade no grau médio – Legalidade – Previsão na legislação da Urbe – Exclusão das parcelas atingidas pela prescrição (TJSC) **128**

MEIO AMBIENTE – Município – Manutenção de lixão – Graves consequências de ordem ambiental e de saúde pública – Autuação pelo Ibama – Inexistência de adequado gerenciamento dos resíduos sólidos – Interposição de ação civil pública – Determinação para a implantação de aterro sanitário, com a recuperação da área degradada – Alegada falta de previsão orçamentária pela Urbe – Não cabimento – Majoração para um ano dos prazos fixados na sentença para cumprimento da obrigação de fazer – Comuna que já providenciou a celebração de convênio com a Funasa e a realização de procedimento licitatório para elaboração dos planos – Cominação de *astreintes* diretamente ao Prefeito – Ausência de previsão legal – Imposição da multa diária à Administração Pública (TRF5ªR) **144**

PREGÃO PRESENCIAL – Recarga e reposição de extintores de incêndio aos órgãos do Município – Empresa vencedora cujo sócio-administrador é sobrinho do Prefeito – Inadmissibilidade – Aplicação analógica da vedação de participação indireta prevista no § 3º do art. 9º da Lei nº 8.666/1993 – Nepotismo – Inteligência da Súmula Vinculante nº 13/STF – Penalização do Alcaide – Pagamento de multa – Ausência, entretanto, de afronta à competitividade – Equipe de apoio com dois servidores – Inexistência de irregularidade (TCPR) **150**

USO DE BENS PÚBLICOS – MATÉRIA DE INTERESSE LOCAL – AUTONOMIA LOCAL PARA DISCIPLINAR (Ivan Barbosa Rigolin) 155

COMENTÁRIOS À PROTEÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS: INFLU-XOS DA EDIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL (Tauã Lima Verdan Rangel) 161

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS E MÉDICOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE À LUZ DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA (Luciano Moreira de Oliveira) 174

PODER DE POLÍCIA SANITÁRIA – Saúde pública – Decretação, pelo Prefeito Municipal, de situação emergencial – Medidas para combater o mosquito *aedes aegypti*, e, por conseguinte, prevenir um surto de epidemia de dengue no Município – Situação de urgência – Autoexecutoriedade – Desnecessidade de autorização judicial – Agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias – Inadmissibilidade de contratação temporária – Res-salva ao caso de surtos epidemiológicos – Situação que não se enquadra na exceção legal – Inteligência do art. 16 da Lei Federal nº 11.350/2006 – Contratação emergencial – Observância do art. 24, inc. IV, da Lei de Licitações – Possibilidade 189

CÂMARA MUNICIPAL – Concessão do benefício “vale-alimenta-ção” aos ocupantes de “cargo de confiança” – Necessária exis-tência de lei municipal (geral) específica de iniciativa do Chefe do Executivo – Matéria afeta ao regime jurídico dos servidores públicos – Instituição do benefício aos servidores públicos muni-cipais *lato sensu* – Benefício que alcança os celetistas ocupantes

de “cargo de confiança” – Regulamentação do direito, no âmbito de cada um dos Poderes Municipais 191

PREFEITURA MUNICIPAL – Facebook – Publicação, por usuário, de mensagens e peças gráficas afrontosas à honra, à imagem, à intimidade e à vida privada do Alcaide e de sua cônjuge, bem como à confiabilidade de sua empresa – Exclusão do conteúdo ofensivo pelo *site* de relacionamento – Obrigação condicionada à indicação de URLs pelo interessado (TJMG) 193

VEREADORES – Denúncia – Organização criminosa – Medida cau-telar de afastamento do exercício da função pública e proibição de aproximação da Câmara Municipal – Pretensa cassação do *decisum* – Não cabimento – Indícios de autoria no crime – Funda-do receio de renitência delitiva – Necessidade da preservação da cidadania e da democracia locais, bem como da regular instrução processual (TJMS) 198

LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA – Vedação à subvenção, pelo Estado, de cultos religiosos ou igrejas – Placa afixada em local público de uso comum com os dizeres “O Município é do Senhor Jesus” – Não ocorrência de afronta à liberdade de religião e à laicidade estatal – Caracterização de expressão cultural, e não de manifestação religiosa (TJSP) 209

CONTROLE INTERNO – Emissão de parecer em todos os processos licitatórios – Inviabilidade – Risco de dificuldade operacional – Pre-valência na fiscalização dos aspectos da relevância, seletividade, materialidade e risco, além do método da amostragem – Autono-mia legislativa do Município para instituição da obrigatoriedade (TCMG) 216

VEDAÇÕES ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE EXIGÊNCIAS DE PAGAMENTO DE QUEM NÃO É ASSOCIADO E A QUESTÃO NOS LOTEAMENTOS FECHADOS (Toshio Mukai) **223**

A INFLUÊNCIA DA INTERNET NA CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E DA SUA REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL (Francieli Puntel Ramellini; Letícia Bodanese Rodegheri; Márcia Samuel Kessler; Rafael Santos de Oliveira) **226**

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA PELOS ENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA UMA GESTÃO GOVERNAMENTAL SUSTENTÁVEL (Devaldo Rocha Pereira) **241**

DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADIn. interposta contra dispositivo contido em lei municipal em face da Constituição Estadual – Efeitos *ex tunc e erga omnes* – Desnecessidade de edição de lei posterior “revogando” expressamente diploma/dispositivo legal declarado inconstitucional – Recomendação para fazer constar no sítio eletrônico a declaração de inconstitucionalidade **249**

SUBSÍDIOS – Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais – Deflagração do processo legislativo – Projeto de lei de iniciativa da Mesa Diretora – Art. 29, incs. V e VI, da CF/1988 – Limite temporal – Exegese – Entendimento jurisprudencial **250**

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO – Não caracterização – Distribuição gratuita de cerveja – Recebimento da vantagem condicionado à permissão de colagem do adesivo de campanha, e não à obtenção do voto – Interpretação do art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 (TSE) **251**

DIREITO SOCIAL À MORADIA – Reintegração de posse – Desocupação de área verde – Alojamento de desabrigado em ginásio de

esportes – Propositura de demanda com a finalidade de compelir o Município a custear a locação do imóvel no período de seis meses, nos termos da legislação que instituiu o Programa “Lar Solidário” – Alegação da Urbe de que o vulnerável não possui cadastro no programa e não preenche os requisitos necessários à sua inclusão – Não cabimento – Efetividade do direito fundamental – Princípio da dignidade da pessoa humana – Pagamento de aluguel social pela Comuna (TJGO) **258**

POLÍTICAS PÚBLICAS – Criança e adolescente – Casa lar – Programas protetivos de acolhimento institucional – Omissão do Município na reforma e manutenção do abrigo – Obrigação de fazer – Construção de muros limítrofes à edificação e reforma de um dos banheiros da instituição, adaptando-o para uso de pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida (TJPR) **263**

GUARDA MUNICIPAL – Exercício da função de Oficial de Justiça *od hoc* – Convênio de cooperação técnica entre o TJ e o Município, tendo por objetivo implantar a eficiente prestação jurisdicional na cobrança da dívida ativa – Desvio de função caracterizado – Direito a perceber a diferença de remuneração referente ao cargo ocupado e benefícios reflexos daí decorrentes – Responsabilidade tanto da autarquia da Urbe à qual a servidora está vinculada como dos entes municipal e estatal que se beneficiaram do trabalho realizado por força do ajuste (TJRJ) **268**

SERVIDOR PÚBLICO – Aposentadoria por invalidez – Pretensão recebimento de indenização pelas férias não gozadas, adquiridas no tempo da atividade – Ausência de previsão no estatuto dos funcionários municipais – Irrelevância – Afronta à isonomia – Controle de juridicidade – Vedação ao enriquecimento sem causa da Administração Pública – Pagamento devido, acrescido do respectivo terço constitucional (TJRS) **273**

SERVIDOR PÚBLICO – Odontólogo – Equiparação de vencimentos – Advento de legislação municipal instituindo duas jornadas de trabalho distintas de 20 e 40 horas semanais – Fixação do mesmo vencimento-base – Hipótese na qual a remuneração não é proporcional às horas trabalhadas – Apli-

cação do princípio da isonomia – Equivalência nas habilitações profissionais, nas condições de trabalho e nas funções desempenhadas (TJSC) **280**

PODER DE POLÍCIA SANITÁRIA – Serviço de Verificação de Óbitos – Transporte de cadáveres – Serviço estranho à prestação de serviços funerários de competência municipal, nos termos da legislação paulistana – Competência do Estado-membro – Possibilidade de cessação da execução pela Urbe (TJSP) **284**

APOSENTADORIA ESPECIAL – Pessoas com deficiência – RPPS – Prefeito Municipal – Apresentação de projeto de lei complementar regulamentando a concessão do benefício com proventos integrais e sem que o cálculo esteja vinculado ao RGPS Impossibilidade – Inexistência de lei complementar federal ou estadual prevendo normas gerais – Município que estaria apto a suplementar o Diploma Legal, caso existente, sendo incabível a concessão de benefícios distintos daqueles previstos na LC nº 142/2013, por força do art. 5º da Lei nº 9.717/1998 (TCES) **288**

**O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA: PONDERAÇÕES SOBRE A POLÍCIA ADMINISTRATIVA (Tauã Lima Verdan Rangel) 299**

**COTAS RACIAIS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: A MISSÃO DA UNIVERSIDADE NA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL (Joseliane Sonagli e Hugo Jesus Soares) 308**

**FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELOS ENTES FEDERATIVOS NA JURISPRUDÊNCIA DO STF (Márcio de Almeida Farias) 322**

**TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – Trespasse daqueles caracterizados como “atividade-fim” – Considerações 335**

**CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – Aplicação dos recursos obtidos com a CIP na aquisição de câmeras de segurança ou contratação de serviços de monitoramento – Não cabimento 336**

**PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE – Direito à informação – Divulgação em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública do nome dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos brutos e de outras vantagens pecuniárias – Legitimidade (STF) 337**

**SERVIDOR PÚBLICO – Infração administrativa – Portaria – Extinção da punibilidade – Determinação de anotação de tais atos nos assentamentos funcionais individuais – Inadmissibilidade – Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 170 da Lei nº 8.112/1990 – Violação ao princípio da presunção de inocência (STJ) 343**

**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – Recapeamento asfáltico – Caracterização de conservação de via, e não de obra pública – Não demonstração pelo Município da efetiva valorização dos imóveis – Prazo para impugnação do edital, nos termos do art. 82, inc. II, do CTN, que apenas vincula a esfera administrativa – Princípio da**

**inafastabilidade do controle jurisdicional – Imprescindibilidade da edição de lei prévia e específica da obra a respaldar a futura cobrança – Nulidade do lançamento fiscal (TJPR) 347**

**AERÓDROMO MUNICIPAL – Portaria – Proibição pela Urbe do exercício de qualquer atividade comercial, industrial ou de serviços em seu perímetro – Cassação dos alvarás de licença e das autorizações de localização e funcionamento – Direito real de uso da área pertencente à Comuna concedido sem licitação – Pretensão dos aeroclubes em continuar a desenvolver suas atividades profissionais e pessoais no local, mantendo os empregos de seus funcionários e os compromissos firmados com alunos e clientes – Não cabimento – Eventuais prejuízos porventura advindos que devem ser apurados em sede e oportunidade próprias (TJRJ) 351**

**PROGRAMA HABITACIONAL – Aquisição de imóvel em loteamento popular – Contrato de mútuo – Posterior anulação pela Administração – Ato do Prefeito Municipal, alicerçado em decreto – Irregularidades e ilegalidades na distribuição dos imóveis – Ausência de edital e sorteio público – Não preenchimento pelo mutuário dos requisitos estabelecidos em lei municipal – Autotutela administrativa – Interferência na esfera do particular – Contraditório e ampla defesa oportunizados – Possibilidade da revisão do ato (TJSC) 355**

**ASSÉDIO MORAL – Servidor público – Responsabilidade da autoridade municipal por ato de seu agente, superior hierárquico do ofendido – Inexistência de legislação específica na Urbe sobre o tema – Irrelevância – Proteção conferida pela CF/1988 e pelo estatuto dos servidores – Caracterização de ato doloso causador de abalo psicológico – Danos morais – Indenização devida (TJSP) 362**

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) – Prefeito Municipal – Falta de oferta de merenda nas escolas em determinados períodos – Não realização de testes de aceitabilidade dos produtos oferecidos aos estudantes – Falta de disponibilização dos documentos ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) – Aplicação de multa ao Alcaide (TCU) 368**

SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ALGUNS TEMAS (Ivan Barbosa Rigolin) **375**

AS RESTRIÇÕES FINANCEIRAS DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO (Flávio Corrêa de Toledo Junior) **387**

SUBSÍDIO DE VEREADORES – Recomposição inflacionária – Impossibilidade – Inconstitucionalidade de lei municipal que autoriza – Valor fixado que deve ser observado para toda legislatura – Orientação do STF e do TJSP (Rafael de Almeida Ribeiro) **395**

O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 3: UM BREVE INVENTÁRIO (Alci Marcus Ribeiro Borges e Caroline Bastos de Paiva Borges) **402**

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – Ano eleitoral – Condutas vedadas aos agentes públicos em ano e no período agudo do pleito – Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios – Doação de bens – Considerações **415**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Reparação do dano e ação de regresso **416**

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS – Modificação dos limites territoriais de atuação – Lei municipal – Não cabimento – Competência para delimitação da organização judiciária do Estado – Inteligência do art. 30, inc. IV, da CF (STJ) **417**

ELEIÇÕES – Prefeito e Vice-Prefeito – Campanha eleitoral – Supostas condutas em desacordo com as normas da Lei nº 9.504/1997

relativas à arrecadação e gastos de recursos – Representação alicerçada no art. 30-A do diploma legal em epígrafe – Cassação do diploma – Condenação por presunção – Impossibilidade – Representante que tem o ônus de comprovar a origem ilícita dos recursos ou a má-fé do candidato (TSE) **420**

LEI MUNICIPAL – Imposição aos fabricantes de bebidas alcoólicas da inserção nos rótulos de fotografias de veículos em colisão e estatística de acidentes de trânsito – Inconstitucionalidade – Matéria de interesse nacional – Competência privativa da União – Inteligência dos arts. 22, incs. I, VIII, XI, XXIX e parágrafo único, 220, § 3º, inc. II, e § 4º, da CF/1988 e da Lei Federal nº 9.294/1996 (TJGO) **434**

PODER DE POLÍCIA – “Taxa de renovação de alvará de funcionamento” – Alteração da base de cálculo – Consideração do tamanho da área ocupada pelo empreendimento, e não mais a quantidade de empregados envolvidos na atividade – Consideração sobre a alíquota – Não demonstração da natureza confiscatória do tributo (TJMG) **438**

GREVE – Servidor público – Trabalhadores em Educação – Estatuto do sindicato – Não previsão das formalidades de convocação e o quórum para a deliberação da deflagração e da cessação do movimento paredista – Ilegalidade e abusividade da paralisação – Desconto dos dias não trabalhados – Inteligência do § 1º do art. 4º da Lei nº 7.783/1989 (TJPR) **443**

SEGURANÇA E VIGILÂNCIA – Município – Ocasional insuficiência da proteção fornecida pelo serviço próprio – Execução por servidores organizados, ou não, em Guarda Municipal – Pretensa contratação de empresa especializada na prestação do serviço – Possibilidade, inexistindo norma local impeditiva – Observância à legislação licitatória (TCMG) **446**

LICENÇAS SEM REMUNERAÇÃO: DIREITOS E RESTRIÇÕES. BREVES CONSIDERAÇÕES (Maria Lúcia Miranda Alvares) **451**

DIREITO À PAVIMENTAÇÃO URBANA: O RECONHECIMENTO DA TEMÁTICA À LUZ DO PAINEL JURISPRUDENCIAL (Tauã Lima Verdan Rangel) **460**

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE IMPROPRIEDADES VERIFICADAS RECENTEMENTE EM AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Gina Copola) **471**

NOVO CPC, HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E A ADVOCACIA DE ESTADO (Luiz Henrique Antunes Alochio) **482**

LIVRE INICIATIVA – Possibilidade de restrições/limitações pelo Estado em prol do interesse coletivo – Proibição de interferências desarrazoadas no campo de atuação privado **495**

SERVIDOR PÚBLICO – Justiça Eleitoral – Funcionária que, à época da posse, já exercia o mandato de Prefeita – Licença/afastamento do cargo efetivo – Exercício do cargo eletivo – Filiação a partido político – Reeleição – Instauração de PAD – Demissão, sob alegada ofensa ao disposto no art. 366 do Código Eleitoral – Não cabimento – Servidora que nem sequer entrou em exercício na Justiça Eleitoral – Afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade – Reintegração ao cargo (STJ) **497**

FALSIDADE IDEOLÓGICA ELEITORAL – Eleições para Prefeito e Vereador – Alegação da prática de “caixa 2” – Omissão na prestação

de contas de valores utilizados durante a campanha – Rejeição da denúncia – Não cabimento – Acolhimento da tese de atipicidade da conduta pela falta do elemento subjetivo do tipo – Negativa de vigência à norma legal – Necessidade de instrução probatória – Fatos relatados com aptidão, em tese, para configurar o crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral (TSE) **501**

REINTEGRAÇÃO DE POSSE – Bem público – Imóvel cedido ao Município para implantação de cemitério desde épocas não registradas – Pretensa indenização por desapropriação indireta – Não cabimento – Autor que jamais exerceu a posse sobre a área litigiosa – Diploma legal de 1977 que demonstra a utilização do terreno como necrópole pelo menos desde esse ano – Demanda que, ademais, estaria fulminada pela prescrição (TJPR) **511**

SERVIDOR PÚBLICO – Aposentadoria – Tempo de contribuição – Pretensão cômputo do período despendido em gozo de licença para acompanhar cônjuge – Inadmissibilidade, conforme previsto na legislação local – Inteligência do art. 40, § 10, da CF/1988 (TJRS) **515**

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Caracterização – ISSQN – Construção de templo religioso em regime de mutirão – Não ocorrência de prestação de serviços sujeita à exação municipal – Igreja vinculada às finalidades da entidade religiosa – Inteligência do art. 150, inc. VI, al. b, da CF/1988 (TJSP) **521**

IMPrensa – Publicação de matéria em jornal – Denúncia sobre aulas ministradas em creches conveniadas inacabadas e em precárias condições – Inspeção realizada – Prédios em condições visuais satisfatórias, aparentemente adequados aos padrões básicos de infraestrutura – Constatação de deficiências na pintura de áreas externas e nos dispositivos básicos de proteção e combate a incêndio (TCMSP) **524**



SINGELOS COMENTÁRIOS AO SOLO CRIADO COMO BEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Tauã Lima Verdan Rangel) 527

PRECATÓRIOS: EFEITOS DA PREVISÃO LEGAL EXPRESSA DOS JUROS COMPENSATÓRIOS (Pedro Tavares Maluf) 533

FALÉSIA: ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓDIGO FLORESTAL OU ESPAÇO AMBIENTAL PROTEGIDO PELA LEI DE GERENCIAMENTO COSTEIRO? (Omar Bradley Oliveira de Souza) 538

AÇÃO DECLARATÓRIA DE NÃO ELEGIBILIDADE EM RAZÃO DE DECISÃO DO EG. TCSP: VÍCIO SANÁVEL E QUE NÃO CONFIGURA ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Gina Copola) 542

ACÚMULO DE APOSENTADORIAS EM REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DISTINTOS (Fernando Ferreira Calazans) 549

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SUMÁRIO – Extrapolação dos prazos – Ausência de nulidade 557

LANÇAMENTO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – Ano eleitoral – Vedação contida no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997 558

MAGISTRADA – Início de licença à gestante – Pretensa interrupção de férias – Não cabimento – Ausência de norma específica na legislação própria e no Estatuto dos Servidores do Estado – Aplicação da regra geral prevista no art. 80 da Lei nº 8.112/1990 – Ocorrência de interrupção somente por motivo de “calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por necessidade de serviço” (STJ) 559

PREFEITO MUNICIPAL – Reeleição – Ação de improbidade administrativa – Contratação de transporte escolar sem procedimento licitatório – Contratação de pai de Vereador – Conduta vedada pela LOM – Afronta à impessoalidade, à moralidade e à legalidade – Prazo prescricional – Início após o término do segundo mandato – Irrelevância de descontinuidade entre o primeiro e o segundo mandatos em razão da anulação do pleito, com posse provisória do Presidente da Câmara por determinação da Justiça – Pretensa revisão da dosimetria da pena – Impossibilidade (STJ) 562

DIREITOS AUTORAIS – Município – Patrocínio de apresentações musicais ao vivo – Demanda promovida pelo Ecad – Legitimidade passiva da Urbe – Responsabilidade solidária – Unidade de Direito Autoral (UDA) – Adequação para quantificar os valores devidos – Ausência de abusividade (TJPR) 571

SERVIÇOS FUNERÁRIOS – Alvará de funcionamento – Município – Exigência de registro da empresa no Conselho Regional de Medicina – Não cabimento (TJSC) 577

MÉDICOS – Servidor público – Greve – Ilegalidade – Assistência médica e hospitalar – Serviços ou atividades essenciais, nos termos do art. 10, inc. II, da Lei nº 7.783/1989 – Desconto dos dias de efetiva paralisação (TJSP) 580

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Conselho Regional de Farmácia (CRF) – Autos de infração – Farmácia hospitalar – Nosocômio com mais de 200 leitos – Necessidade da presença de responsável técnico – Dispensários de medicamentos em unidades básicas de saúde – Desnecessidade da presença do profissional (TRF3ªR) 585

ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS – Operações de crédito – Royalties de Itaipu – Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – Possibilidade – Observação das condições e limites estabelecidos nos arts. 32, 38 e 40 da LRF, e dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal (TCMG) 592

**DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES**

OS LIMITES DA DESPESA COM PUBLICIDADE (Flavio Corrêa de Toledo Junior) **603**

SERVIÇOS DE TÁXI: ASPECTOS JURÍDICOS CONTROVERTIDOS E MODELOS REGULATÓRIOS (Thiago Marrara) **606**

A INDENIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL NAS DESAPROPRIAÇÕES (Aniello dos Reis Parziale) **615**

O DIREITO À DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS COMO PILAR ESTRUTURANTE DO DIREITO AO SANEAMENTO BÁSICO (Tauã Lima Verdan Rangel) **623**

AS LEGISLAÇÕES *ANTIBULLYING*: UM EXAME DOS TEXTOS NORMATIVOS DA CIDADE DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ (Ricardo Bispo Razaboni Junior e Natasha Mirella Melo Costa) **635**

**QUESTÕES PRÁTICAS**

CARGOS PÚBLICOS – Redistribuição de cargos para tornar eficientes os recursos materiais e humanos da Administração – Possibilidade – Necessidade de autorização legal **641**

ANO ELEITORAL – Contratação de estagiário **642**

**JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – Direito à educação – Acesso à creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade – Município – Alegada reserva do possível – Necessidade da

demonstração da real insuficiência de recursos – Conteúdo do mínimo existencial – Essencialidade do direito à educação (STJ) **643**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Não caracterização – Tratamento de hemofilia – Programa de profilaxia primária – Uso de medicamento específico – Atraso na deflagração do procedimento de compra do fármaco – Discussão técnica a respeito da viabilidade da terapêutica no âmbito distrital – Ausência de conduta deliberada e intencional dos servidores para retardar a compra da droga – Contratação emergencial – Ausência de provas quanto a eventual superfaturamento de preços ou tratamento preferencial para beneficiar determinada empresa (TJDFT) **649**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Caracterização – Concurso público – Professor substituto – Universidade federal – Banca examinadora – Parentesco com participante do certame – Afronta aos princípios da Administração Pública – Penalidades – Observância da razoabilidade, proporcionalidade e necessidade – Ressarcimento dos danos financeiros resultantes da repetição do processo seletivo – Aplicação de multa civil (TRF4ªR) **658**

EMPREGADO PÚBLICO – Farmacêutico – Nomeação como Secretário Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária – Opção pelo vencimento do emprego originário acrescido do adicional de insalubridade – Não cabimento do pagamento do adicional – Desnecessidade, entretanto, da devolução dos valores percebidos – Verba recebida de boa-fé – Obrigatoriedade do licenciamento/afastamento do emprego público para assunção do cargo político, conforme dispositivo de instrução normativa – Aplicação de multa ao Prefeito Municipal (TCPR) **673**

EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA PELO MUNICÍPIO E A GARANTIA DE ACESSO À PRAIA (Lair da Silva Loureiro Filho) **679**

PRESCRIÇÃO NO SISTEMA TRIBUNAL DE CONTAS (Remilson Soares Candeia) **690**

A LEGALIDADE DO TRANSPORTE PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E SEUS CONTORNOS JURÍDICOS (Renato Saeger Magalhães Costa e Bruno Leonardo Pires Régis de Carvalho) **697**

O CONTROLE DA MORALIDADE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VERSUS O DIREITO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: A IDONEIDADE MORAL E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (Bruno Barchi Muniz) **702**

ELEIÇÕES MUNICIPAIS – Elenco das condutas vedadas aos agentes públicos em ano e no período agudo eleitoral – Abertura e/ou processamento de concursos públicos – Limitação da edição dos atos (de nomeação e posse) subsequentes à homologação do certame que não se enquadrarem nas exceções legais **711**

CÂMARA MUNICIPAL – Concessão de auxílio-alimentação – Fixação de valores diversos para o pagamento do benefício aos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo – Possibilidade **713**

RECEBIMENTO DE BEM IMÓVEL EM DOAÇÃO – Administração como donatária – Ano eleitoral – Ausência de vedação na Lei das Eleições – Inteligência do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997 **714**

ELEIÇÕES – Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) – Utilização indevida dos meios de comunicação social – Não caracterização – Imprensa escrita – Prefeita, Vice-Prefeito, Vereador e responsável pelo periódico – Não revelação de conduta tendenciosa pelas matérias veiculadas, mas de constatação de acontecimentos políticos no Município – Mídia impressa que atinge um contingente muito menor de eleitores do que outros meios, como a televisão e o rádio – Poucas edições direcionadas a eleitorado expressivo (TSE) **715**

ORDEM URBANÍSTICA – Defesa promovida pelo Ministério Público – Legitimidade ativa – Construção de piscina coletiva em condomínio horizontal – Declividade abrupta antes da profundidade de dois metros – Afronta a regramento técnico – Interdição – Inexistência de ofensa aos princípios da segurança jurídica, da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como de não observância aos deveres de boa-fé objetiva e na vedação do *venire contra factum proprium* – Habite-se referente apenas à edificação – Dispensa pela legislação local do processo de aprovação e licenciamento prévio de piscinas – Fiscalização postergada e realizada pela Secretaria Municipal de Saúde – Medida inerente ao poder de polícia do Município (TJRS) **726**

PROCON – Multa – Aplicação da penalidade à empresa prestadora de serviços de Internet – Inércia na apresentação de informações quanto à reclamação formulada por consumidor – Regular exercício do poder de polícia – Razoabilidade e proporcionalidade da sanção (TJSC) **735**

DENGUE – Pretensa responsabilização civil do Estado – Danos morais – Contração da doença por munícipe – Alegada omissão da Urbe na adoção de procedimentos de prevenção – Não caracterização de responsabilidade subjetiva – Inexistência de provas suficientes e/ou elementos que demonstrem a conduta negligente (TJSP) **740**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Prefeito Municipal – Convênio com o FNDE – Programa Dinheiro Direto na Escola – Ausência de prestação de contas – Dolo caracterizado – Irrelevância da existência da lesão material ao Erário ou enriquecimento ilícito do agente – Aplicação de multa civil – Razoabilidade e proporcionalidade da sanção (TRF5ªR) **742**

CÂMARA MUNICIPAL – Realização de eventos promovidos por entidades públicas ou privadas no espaço do Plenário da Casa – Possibilidade, desde que o uso não ocorra em momento de funcionamento das sessões e não prejudique a atividade legislativa – Autorização ou permissão, no caso de particular, ou cessão, no caso de órgão ou entidade pública, por curto espaço de tempo – Observância das normas gerais do Município sobre o uso de bens públicos, ou mesmo regras próprias dadas pela Edilidade – Autorização e permissão que podem ser gratuitas ou remuneradas – Contabilização dos recursos em nome da Urbe, pessoa jurídica, salvo previsão em lei local (TCMG) **749**

A INFLUÊNCIA DA PESQUISA POLÍTICA NO RESULTADO DA ELEIÇÃO  
(Douglas Belanda) **755**

POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À ÁGUA E LIBERDADE (Ibraim José  
das Mercês Rocha) **761**

E SE NÃO SOU CANDIDATO, POSSO? (Ivan Barbosa Rigolin) **783**

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA: TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS  
PÚBLICOS DE FORMA INCONSTITUCIONAL (Gina Copola) **788**

VEREADOR E ADVOGADO – Incompatibilidade entre o exercício da  
advocacia e o cargo de membro da Mesa Diretora – Impedimento  
de exercer a advocacia contra ou a favor das pessoas jurídicas  
de Direito Público, empresas públicas, sociedades de economia  
mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas  
concessionárias ou permissionárias de serviço público **793**

SERVIDOR PÚBLICO – Mandato de Vereador – Eventual compati-  
bilidade de horários – Pretensão afastamento com fundamento no  
“desempenho de mandato eletivo” **793**

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – Transporte coletivo  
– Lei municipal – Determinação para que os ônibus parem em  
qualquer lugar do percurso normal, após às 21 horas, sempre que  
o passageiro assim o solicitar, para embarque e desembarque –

Inconstitucionalidade parcial sem redução de texto – Exclusão  
da incidência da lei às concessionárias de transporte coletivo  
intermunicipal – Competência legislativa do Estado-membro, e  
não da Urbe (TJES) **795**

SERVIDOR PÚBLICO – Técnico de controle sanitário – Remoção *ex  
officio* – Alegada nulidade do ato – Não caracterização – Ausência  
da garantia da inamovibilidade – Discricionariedade da Adminis-  
tração Pública – Observância dos critérios de conveniência e de  
oportunidade, bem como dos princípios da legalidade e da mo-  
tivação – Alegação de falta de fundamento superada pela edição  
de novo ato de remoção devidamente motivado – Não ocorrência  
de desvio de função – Danos morais não evidenciados (TJRS) **803**

“SEMANA MUNICIPAL DE CULTURA EVANGÉLICA” E “DIA MUNI-  
CIPAL DO EVANGÉLICO” – Lei municipal – Iniciativa parlamentar  
– Diploma legal que utiliza expressões de caráter autorizativo – Ato  
típico da Administração – Ingerência nas atribuições do Executivo  
– Inconstitucionalidade – Afronta ao princípio da separação dos  
Poderes (TJSP) **810**

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – Transporte coletivo de passa-  
geiros – Veículos tipo ônibus/micro-ônibus – Edital – Necessidade  
de incorporação de plano de mobilidade urbana – Exclusão das  
condições de qualificação técnica da exigência de comprovação de  
experiência em atividade específica – Revisão e readequação dos  
critérios e data-base para reajuste e revisões tarifárias – Revisão e  
disponibilização do plano de negócios – Readequação da impor-  
tância exigida para comprovação de capital social, na habilitação  
econômico-financeira, nos termos da jurisprudência da Corte de  
Contas bandeirante – Considerações (TCSP) **816**

APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.429/1992 AOS AGENTES POLÍTICOS (Emerson Garcia) **831**

ACÚMULO REMUNERADO DE CARGO PÚBLICO E EMPREGO POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE – LIMITE DE 60 HORAS – INEXISTÊNCIA – ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS – FAMESP – ORGANIZAÇÃO SOCIAL – TERCEIRO SETOR – MARCO LEGAL – LEI Nº 9.637/1998 – CONSTITUCIONALIDADE (Rafael de Almeida Ribeiro) **839**

DISTRITOS MUNICIPAIS – REGIME JURÍDICO E SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (Aniello dos Reis Parziale) **847**

EXCLUSÃO DE OFÍCIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL, EM FACE DA NÃO ESCRITURAÇÃO DO LIVRO-CAIXA (Geovane Basilio da Silva) **852**

VEREADOR – Mandato suspenso – Direito ao recebimento de subsídio – Suplente – Uso de carro oficial e gabinete, além do recebimento de subsídio – Vantagens concedidas pelo exercício da função **871**

IPTU – Área de Preservação Permanente (APP) – Limitação administrativa que não impede a incidência do tributo **871**

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA – Anexos de Legislação Municipal – Atribuições dos cargos criados que não são de chefia, direção ou assessoramento – Inconstitucionalidade (TJMG) **873**

AÇÃO POPULAR – Demanda objetivando anulação de ato praticado por Prefeito Municipal – Constituição de comissão organizadora para gerenciar verbas públicas e particulares da exposição nacional da cebola – Comissão central integrada por Vereadores – Má prestação de contas da festividade – Improcedência – Teoria do fato consumado – Transcurso de mais de 17 anos entre o ato impugnado e a prolação da sentença – Consolidação de situação jurídica irregular pelo decurso do tempo – Contraposição de interesses públicos e segurança jurídica – Terceiros de boa-fé que interagiram comercialmente para a realização do evento (TJSC) **880**

PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – Agente comunitário de saúde – Processo seletivo público – Inexistência de violação ao art. 37, inc. II, da CF – Recomendação para adoção, pelo Prefeito, da investidura em cargo ou emprego público, precedida de concurso – Agente que não possui direito de permanecer no exercício da função com fundamento no art. 2º, parágrafo único, da EC nº 51/2006 – Caráter precário da contratação – Atribuições previstas no art. 3º da Lei nº 11.350/2006 que possuem caráter permanente, não cabendo a admissão do profissional mediante a celebração de contrato temporário, salvo na hipótese de combate a surtos epidêmicos – Prerrogativa de rescisão unilateral pelo Poder Público, ademais, do contrato celebrado para o exercício da função de auxiliar de enfermagem – Considerações (TCMG) **888**